



DOSSIER DE APOIO A PROFESSORES



- O Museu Municipal de Arqueologia

O Museu Municipal de Arqueologia abriu ao público no dia 20 de Agosto de 1999.

Localiza-se no núcleo antigo da cidade de Albufeira, no local anteriormente designado por Praça de Armas, actual Praça da República.

O edifício onde se encontra instalado, constituído por dois pisos, numa zona de grande afluência turística, funcionou como Câmara Municipal até finais da década de oitenta do século XX, tendo sido recuperado e reabilitado para albergar as funções de museu, integrando o património arqueológico existente.

As funções sociais do Museu consistem na conservação, preservação, reconstituição e divulgação do espólio arqueológico do Concelho, para fins de estudo, educação e de lazer.

O discurso museográfico organiza-se de forma diacrónica, apresentando a evolução histórica do concelho desde o período Pré-Histórico até ao século XVII.

O museu dispõe de uma área de exposição permanente e no piso superior, de um espaço vocacionado para a realização de exposições temporárias.

Integra a Rede Portuguesa de Museus desde 2003, usufruindo das vantagens inerentes da sua integração, tais como incentivos de apoio nas diferentes áreas de acção do Museu, nomeadamente apoio técnico, rentabilização dos recursos logísticos, técnicos e financeiros.

O Museu Municipal de Arqueologia é tutelado pela Câmara Municipal de Albufeira.

- O Serviço Educativo e de Divulgação

O Serviço Educativo e de Divulgação é responsável pela programação, organização e acompanhamento das diferentes actividades organizadas pelo Museu que exigem o contacto pessoal com os vários públicos que visitam a instituição.

O Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira concebeu a programação do Serviço Educativo, com o objectivo de sensibilizar e consciencializar os diferentes públicos, para a importância da salvaguarda e preservação do património cultural, seja ele edificado ou arqueológico.

A partir das suas colecções, pretende-se estabelecer a ligação com o património e o valor intrínseco que representa, no concelho de Albufeira, mas também de uma forma mais lata e abrangente, promovendo, deste modo a aquisição de competências ao nível da formação cívica e da cidadania.

Pretende-se ainda criar uma aproximação efectiva, dos públicos, com a disciplina Arqueologia e o reconhecimento do seu papel na sociedade actual, enquanto ferramenta de gestão do território, através de acções direccionadas ao público escolar.



O MUSEU



- Sugestões para uma visita

Uma visita de estudo, tem como principal objectivo aproximar os alunos da realidade, nomeadamente da realidade histórica local.

Parece-nos fundamental aproximar os jovens da História da sua terra natal, de modo a que os conteúdos programáticos da disciplina de História não sejam somente uma sequência cronológica de acontecimentos, dos quais os alunos se sentem completamente alheados.

No caso concreto do nosso concelho e do museu de arqueologia, será necessário, previamente, explicar-lhes o que é a Arqueologia e qual o papel do arqueólogo; assim como o que é um museu, pois por vezes a ideia que se tem de um museu é que este é um túmulo da memória, no entanto ele dá vida à memória colectiva.

A maior parte do espólio exposto são objectos do quotidiano , o que nos permite conhecer melhor o modo de vida dos nossos antepassados.

A visita ao museu é uma oportunidade para sensibilizar os alunos para a importância da preservação das colecções. As peças encontram-se no museu, não apenas para as conhecermos, mas também para estarem protegidas.

A visita ao museu desempenha um papel fundamental na sensibilização dos alunos para a importância da conservação/preservação do património e da memória colectiva.

Para que a visita ao museu seja frutífera parece-nos importante toda uma preparação, feita em contexto de sala de aula; bem como uma avaliação, ainda que formativa, após a realização da visita de estudo, havendo um *feedback* entre os conteúdos programáticos leccionados e as competências apreendidas a partir da observação directa (visita ao museu).

A criação deste *dossier* de apoio a professores tem como função, precisamente, facilitar a tarefa do docente nesse sentido.

- Sociedades de Caçadores – Recolectores

A exposição inicia-se com uma representação da antropogénese, uma das interpretações possíveis da evolução do homínido ao longo da história.

Encontram-se igualmente expostos testemunhos humanos, encontrados, essencialmente, nos terraços litorais da Oura e Albufeira, datados do Paleolítico e Epipaleolítico, atestando, deste modo a ancestralidade da ocupação humana no actual concelho de Albufeira.

Tratam-se de seixos e lascas talhados, que tinham como função percutir, raspar, cortar ou furar, com vista ao desenvolvimento das actividades económicas destas primeiras comunidades nómadas, de caçadores recolectores.

- Neolitização

Designa-se por Neolítico o período da pré-história no qual se desenvolveu a agricultura e a domesticação de animais, levando à sedentarização. Iniciam-se as primeiras produções de cerâmica e de novos artefactos relacionados com as novas actividades, como o excepcional vaso da Retorta e a mó manual, que se encontram em exposição.

O vaso da Retorta, cuja tipologia permite atribuí-lo ao Neolítico Antigo Evolucionado (V milénio a. C.), apresenta uma forma ovóide ou de saco, colo estrangulado e bordo alto, provido de quatro pequenas asas com perfuração transversal, decorado por cordões em relevo.

A crescente afirmação da agricultura e o desenvolvimento sócio-cultural das populações neolíticas, levou à criação de monólitos de carácter mágico-religioso, designados por menires.

Talhados no calcário conífero da região foram encontrados dois menires (agora em exposição no Museu Municipal de Arqueologia). Um dos quais apresenta uma forma ovóide achatada e o outro uma forma cilíndrica, decorado com duas faixas de cordões ondulados.

Estes monumentos, os cromeleques e as antas, integram-se num período cultural denominado por Megalitismo.



Propostas /sugestões de trabalho com os alunos

- Elaborar barras cronológicas, com os marcos e aspectos fundamentais do processo de hominização;
- Fabricar alguns instrumentos utilizados no Paleolítico;
- Elaborar um mapa de Portugal para assinalar locais de vestígios do Neolítico;
- Representar plasticamente uma aldeia neolítica, em conjunto com a disciplina de Educação Visual;

- Sociedades Metalúrgicas

Os testemunhos arqueológicos das sociedades metalúrgicas no Concelho de Albufeira são escassos, embora existam referências coligidas pelo arqueólogo Estácio da Veiga, na zona de Paderne, onde foram encontrados diversos machados planos e uma ponta de tipo Palmela, esta última enquadrada no Calcolítico Final.

Aquele arqueólogo explorou, igualmente, importante necrópole da Idade do Bronze, do tipo cista, perto da povoação de Alcária, exumando fragmentos de cerâmica, machados, escopro e outros artefactos metálicos em bronze.



1. Representação de machados planos de bronze e ponta de seta do Calcolítico.

- Colonização Romana

Os romanos ao chegarem, a partir do século II a. C., facilmente se adaptaram. Aproveitaram a organização já estabelecida e a excelente localização de *Baltum*, a riqueza piscatória e, conseqüentemente, a exploração dos recursos marinhos e minerais.

Já na década de 60 do século XX, o P.^o Semedo de Azevedo, no artigo *Albufeira Medieval* assinala a presença romana através de inúmeros vestígios arqueológicos, a saber: moedas, cerâmicas, etc... Mas outros elementos identificadores da sua presença persistem, vestígios de cetárias, pavimentos de habitações, troços de vias de comunicação, forjas ou fundições, minas e elementos epigráficos.

De entre o espólio do período romano gostaríamos de destacar os fragmentos de ânforas (dos séculos III a V) usadas no transporte de produtos piscícolas; o capitel de mármore, já tardo-romano (século VI), pertencente à ordem compósita, o cesto apresenta decoração com oito folhas de acanto que suportam um friso de ovas, desenvolvendo-se sobre estas um cordão de contas e novo friso com quatro grandes volutas aos cantos. E o mosaico que apresenta um fundo constituído por *tesselae* de cor branca, apresentando decoração de grandes hexágonos, definidos através de linhas de *tesselae* de cor negra e, em outros sectores, de cor castanha. As grande dimensões das *tesselae*, sempre maiores de 1 cm, permitem datar este mosaico no século IV d. C..

- Retorta

Descoberta por Estácio da Veiga (séc. XIX) seria uma importante povoação (*vicus*), localizava-se junto à Ribeira de Quarteira e próximo de antiga via que ligava Albufeira a Quarteira.

No local têm sido descobertos vestígios de construções várias, de elementos arquitectónicos de possível templo tardo-romano e extensa necrópole datada dos séculos IV-V.



Propostas /sugestões de trabalho com os alunos

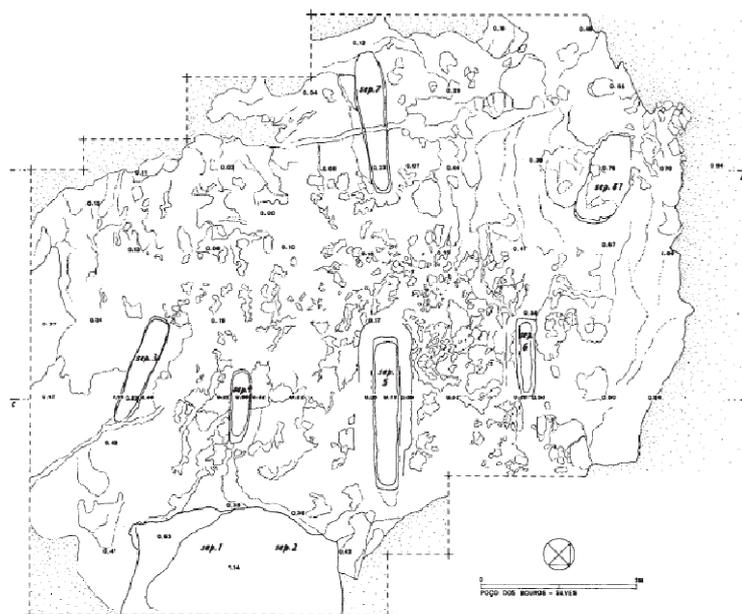
- Elaborar um mapa da região e assinalar as principais estações arqueológicas romanas;
- Pesquisar na imprensa local/regional artigos sobre a ocupação romana;
- Criar um dossier temático (de turma) onde serão arquivados esses mesmos artigos;
- Relacionar assuntos, como a globalização actual, com o tipo de globalização na época do Império Romano – a romanização pode ser abordada nesta perspectiva;
- Em conjunto com a disciplina de Português pesquisar a importância da língua – latim – no contexto do império e compreender a evolução linguística do latim para o português.

- Necrópole Visigótica do Poço dos Mouros

A *Baltum* romana, certamente influenciada pela crise do século III d. C. e pela decadência do Baixo Império, conhece então um lento declínio favorável às Invasões Bárbaras. Entre os invasores assumem particular importância os visigodos, a avaliar pelo espólio legado.

De entre o acervo visigótico em exposição, saliente-se a sepultura, proveniente da Necrópole do Poço dos Mouros. Esta sepultura possui uma câmara com planta sub-retangular, apesar de apresentar os cantos arredondados.

Também provenientes da mesma necrópole e provavelmente da sepultura exposta, são a garrafa e copo. A garrafa apresenta um corpo ovóide alongado, de fundo plano. O gargalo subcilíndrico, alto apresenta um cordão a meia altura. Possui duas asas opostas. O copo, de forma subcilíndrica assenta num fundo ligeiramente côncavo.



2. Planta da Necrópole do Poço dos Mouros



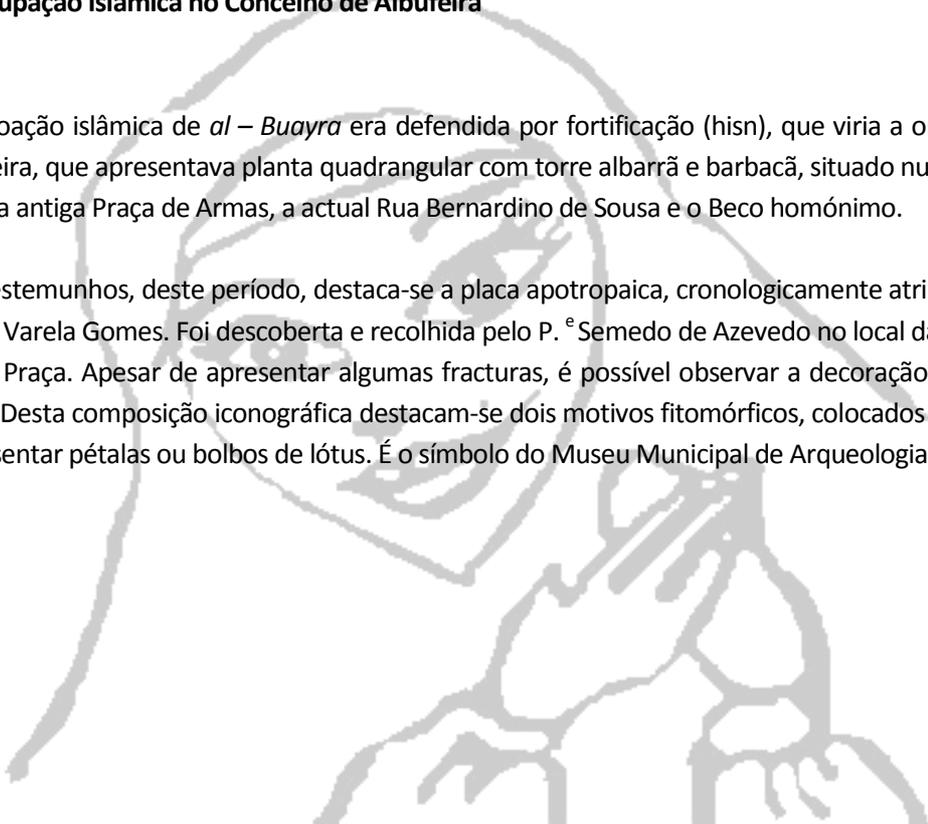
Propostas /sugestões de trabalho com os alunos

- Elaborar um mapa com os principais reinos bárbaros e relacioná-lo com os limites dos actuais países europeus;
- Organizar um dossier temático sobre a presença dos visigodos em território nacional;
- Recolher informações sobre as crenças e práticas de superstição ligadas à religião;

- A Ocupação Islâmica no Concelho de Albufeira

A povoação islâmica de *al – Buayra* era defendida por fortificação (hisn), que viria a originar o castelo de Albufeira, que apresentava planta quadrangular com torre albarrã e barbacã, situado num gaveto, formado entre a antiga Praça de Armas, a actual Rua Bernardino de Sousa e o Beco homónimo.

Dos testemunhos, deste período, destaca-se a placa apotropaica, cronologicamente atribuída ao séc. X, por Mário Varela Gomes. Foi descoberta e recolhida pelo P. ^e Semedo de Azevedo no local da Porta da Alcáçova ou da Praça. Apesar de apresentar algumas fracturas, é possível observar a decoração gravada numa das faces. Desta composição iconográfica destacam-se dois motivos fitomórficos, colocados a par, que poderão representar pétalas ou bolbos de lótus. É o símbolo do Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira.



- Idade Moderna

A povoação de Albufeira sofreu profundas alterações com a sua integração no domínio medieval cristão e moderno, num primeiro momento, o próspero comércio, anteriormente realizado com os portos do Norte de África, ficou arruinado, originando um período de carestia. A expansão marítima, irá devolver à vila algum dinamismo económico e social, devido à sua proximidade com o mar.

Destacam-se, deste período, duas pedras de armas, que certamente estariam dispostas no castelo, assim como, diversos elementos arquitectónicos que fariam parte da antiga Igreja de Santa Maria – a antiga Matriz, arruinada pelo terramoto de 1755, cujas origens alguns autores defendem remontar à segunda metade do século XIII, localizar-se-ia na zona Antiga da Vila, a Nascente do actual museu.

A maior parte dos elementos expostos apresentam características de decoração manuelina, salientando-se o volumoso capitel decorado com animais híbridos e fantásticos, e cachorro com representação antropomórfica

Durante o reinado de D. Manuel I, à semelhança de outras vilas algarvias, Albufeira recebe a Carta de Foral de 1504. A concessão do Foral à vila de Albufeira demonstra o seu dinamismo económico na altura.

Ainda no século XVI, no reinado de D. João III, em 1536, a Inquisição é estabelecida em Portugal. A acção inquisitorial estende-se um pouco por todo o reino e a vila de Albufeira não será excepção. Vários são os processos inquisitoriais relativos a residentes do concelho bem documentados.



Propostas /sugestões de trabalho com os alunos

- Recolher informações sobre a ligação da região algarvia à expansão;
- Elaborar biografias de personagens ligadas à expansão, por ex. Infante D. Henrique;
- Reconstituir o castelo de Albufeira – em maquete, por ex.;
- Organizar uma exposição com produtos tropicais ainda hoje utilizados, indicando a sua proveniência;
- Debater temas como a discriminação (cultural, religiosa, étnico-racial...) na época da expansão e na actualidade;
- Pesquisar datas comemorativas da localidade/região, ex. feriado municipal: 20 de Agosto, porque foi a data em que recebeu a Carta Foral de 1504;
- Dramatização da Revolução de 1640;
- Identificar os estragos provocados, no concelho, pelo terramoto de 1755 – a igreja matriz ruiu, o castelo de Paderne também sofreu estragos, houve a formação de um tsunami (a parti deste ponto há a possibilidade de sensibilizar os alunos para a recente catástrofe do sudeste asiático e reflectir sobre como actuar numa situação semelhante) este assunto pode ser tratado conjuntamente com a disciplina de Geografia e/ou Físico-química.



Fora de Portas

- Património Militar
- Património Religioso

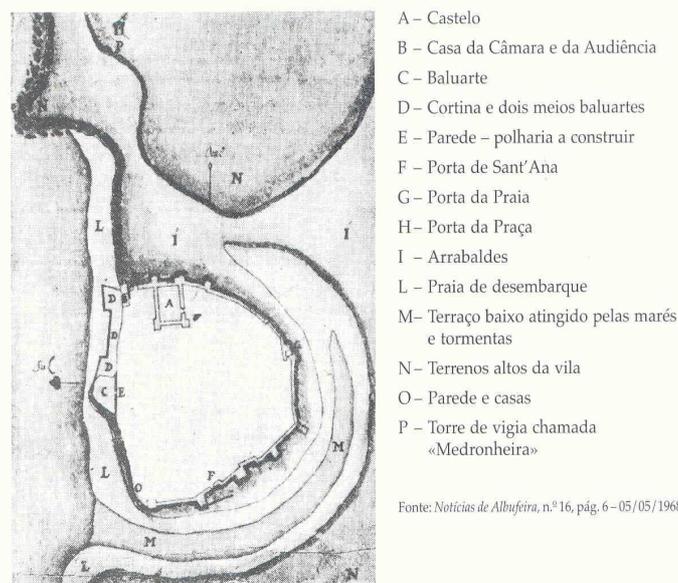
- Património Militar

O castelo de Albufeira, como já foi mencionado, foi edificado durante a permanência islâmica no Algarve, sob o domínio Almóada, sendo definitivamente conquistado em 1349, no reinado de D. Afonso III.

A documentação consultada dá-nos a conhecer as várias campanhas de obras realizadas na fortificação, após a Reconquista. Em 1276, o alcaide solicita ao rei, um empréstimo para a sua manutenção¹. No ano de 1319, são realizadas obras de restauro² e em 1363, é feita nova campanha de obras no castelo e muralha, no valor de 17 000 libras³, obras que se voltam a efectuar em 1378, pelo que se conclui que a fortificação manteve a sua função política, militar e administrativa, depois da Reconquista.

Para avaliar a implantação do núcleo urbano amuralhado e os vários equipamentos sociais aí existentes, foi consultada a planta das muralhas de Albufeira, datada do século XVII, da autoria do engenheiro italiano Alexandre Massay que se tinha deslocado a Albufeira, no intuito de verificar no terreno, o estado de conservação da fortaleza, à semelhança do que fizera com as restantes fortalezas do Algarve. Este documento é sem dúvida importante para uma análise profunda do antigo casco urbano.

PLANTA DA FORTALEZA DE ALBUFEIRA



Refira-se que a muralha que cercava a antiga vila, mencionada nas fontes escritas do século XIV, foi construída sobre uma muralha primitiva aí existente.

O recinto amuralhado, com cerca de 13 000 m², de forma poligonal, acompanhava o contorno e as curvas de nível do terreno, não se registando muralha a Sul, o próprio Oceano fazia essa demarcação. No seu

¹ ANTT, Ordem de Avis, Rep. de Portalegre, doc. n.º 188

² Idem, doc. 313

³ Idem, doc. n.º 559

interior, foi construído um baluarte, para apoio do sistema defensivo que dispunha de nove torres, sendo uma delas torre albarrã, virada a Norte, e avançada em relação às muralhas.

O acesso ao recinto fortificado, fazia-se através de três portas, a saber: Porta de Santana, junto ao antigo Bairro de Santana, completamente destruído aquando do terramoto de 1 de Novembro de 1755, hoje em dia, corresponde a uma zona de comércio, junto à Praia dos Pescadores, a Porta da Praia ou do Norte, na actual Rua Henrique Calado, a cerca de 150m do Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira e a Porta da Praça, à entrada da antiga Praça de Armas de Albufeira, actual Praça da República. Refira-se a existência de duas outras torres, da alcáçova, na área urbana.

A Porta de Santana, identificada em 1993, pelos Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Albufeira⁴, à semelhança das suas congéneres, era defendida por dois bastiões com formato quadrangular e, provavelmente por uma barbacã. Existia ainda nova torre adossada, na ligação do tramo nascente da muralha com o seu sector Norte. A Porta da Praia, encontrava-se protegida por mais duas torres, sendo uma delas avançada e com entrada, em cotovelo, a chamada barbacã.

De toda esta construção pervive, entre outras, parte da torre a Poente, actualmente identificada como *Vestígios da Muralha de Albufeira*. A cerca de quinze metros a Sul, subsiste uma outra torre, onde se encontra uma residência particular, que outrora pertencia ao canto Noroeste da alcáçova e existe também, actualmente, a chamada Torre do Relógio, ex-libris da cidade de Albufeira que correspondia à defesa da porta poente da Medina, tendo aí funcionado a antiga cadeia.

⁴ Projecto levado a cabo pelo Sector de Cultura da Câmara Municipal de Albufeira, no ano de 1993, inserido numa campanha de valorização e embelezamento do Centro Histórico.

- Mecanismos defensivos da Costa

No âmbito do movimento da expansão, o Algarve teve uma importância estratégica fulcral, por ter à sua disposição bons portos, por ser a zona do país mais próxima do Norte de África e ainda, por dispor de uma tradição secular no que se refere aos contactos marítimos com toda a bacia do Mediterrâneo.

D. Dinis começa por centrar grande parte da sua actividade militar nas fortificações costeiras do Algarve. Mais tarde, D. Henrique implementa os seus interesses: grandes empresas africanas e atlânticas, nesta região, como nos refere Christophe Picard. Em toda a costa algarvia continua o flagelo das povoações assaltadas, bens pilhados, homens e mulheres transportados para as masmorras de Salé e Argel.

A ilustrar o referido, veja-se o que aconteceu na costa de Albufeira, narrado por Frei João de S. José, no último quartel do século XVI " *O Bispo do Algarve D. João de Mello que foi depois Arcebispo de Évora passando uma vez de Tavira para Silves ao longo da costa, achou uma morada destes piratas que vinham buscar figo, de dia embrenhados em um lugar escuso, não longe da vila de Albufeira, os que tinham saído na primeira noite fazer preza e detendo-se nela mais do que convinha, quando tornaram a embarcar acharam a fusta em seco. Recolheram-se a esperar a maré, quis sua mofina que fizesse por aí o bispo o seu caminho, o qual logo com sua gente, e outra se lhe juntou, deu sobre eles e os cativou, e com a mesma fusta mandou a a El - Rei de Portugal D. João III de presente, dizendo-lhe que soubesse sua alteza que os bispos do reino do Algarve também eram cavaleiros pera remédio desses perigos, há agora nos lugares mais suspeitos algumas torres e outras casas - fortes em figueirais e fazendas de alguns fidalgos e homens ricos.*"

A pirataria e o saque foram, efectivamente, uma constante, ao longo dos séculos passados. Em 1548, em Albufeira, duas galés mouras capturaram alguns homens, que fizeram cativos, apesar de terem sido perseguidas por duas embarcações, enviadas pelo alcaide-mor⁵. Ainda no mesmo ano, desembarcaram em praias próximas da vila e saquearam algumas aldeias vizinhas⁶. A 28 de Janeiro de 1573, D. Sebastião visita Albufeira no intuito de avaliar o estado das duas ordenanças do concelho, formadas por 400 homens e observar as obras de fortificação a decorrer no Litoral⁷.

Com efeito, as fortificações edificadas aquando da ocupação islâmica são reutilizadas, restauradas e melhoradas após a Reconquista. Mas outras são construídas de novo. Períodos de crise como o Pós – Reconquista, morte de D. Sebastião e a Restauração de 1640, suscitaram grandes preocupações defensivas e, conseqüentemente, a construção de novos mecanismos defensivos.

⁵ Idalina nobre, Albufeira - Percursos de uma História Secular, pág. 32

⁶ Idem, ibidem

⁷ Idem, ibidem



- As fortificações pertencentes à Praça de Armas de Albufeira

Das fortificações dependentes da Praça de Armas de Albufeira destacam-se a Torre da Medronheira, cuja construção remonta ao reinado de D. Afonso III, o Forte de S. João, a Este da cidade, a Bateria da Baleeira edificada em 1722, junto à Marina, a Torre Velha mandada construir por D. João III⁸, junto à Praia do Castelo, a Torre Nova a 600m para Poente da Torre Velha e o Forte de Valongo localizado a Nascente a cerca de 10 Km da cidade, na margem direita da Ribeira de Quarteira e edificado durante o domínio Filipino.

A Bateria da Baleeira

A Bateria da Baleeira encontra-se implantada a vinte metros do nível do mar, a Oeste da cidade de Albufeira. Evidencia uma construção muito simples, aberta pela gola, compondo-se apenas por um parapeito semi-circular e por uma pequena casa, que servia de abrigo aos soldados da guarnição.

Num relatório do governador e capitão do Algarve, D. Rodrigo António de Noronha e Meneses, datado de 1754, lê-se que foi edificada no intuito de *proteger as embarcações chegadas à praia à procura de auxílio contra os corsários*⁹.

Refira-se que este mecanismo de defesa foi construído no reinado de D. José, aquando da guerra de 1762/63 com a Espanha. No ano de 1788, encontrava-se equipada com duas bocas de fogo, uma em bronze e outra em ferro, sendo a sua guarnição constituída por um oficial inferior e um soldado de artilharia.

Em 1793, a bateria apresentava-se em bom estado de conservação, porém no início do século XIX, já evidenciava sinais de ruína. No ano de 1938, este equipamento militar foi entregue ao Ministério das Finanças e, posteriormente à Marinha.

⁸ Idalina Nobre, in "A Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve - Albufeira " 2001

⁹ Carlos Pereira Callixto, *As Fortificações dependentes da Praça de Albufeira*, in Revista da Marinha, n.º 123, Março, 1983

- O Castelo de Paderne

O elemento mais significativo do período da ocupação islâmica no actual concelho de Albufeira, materializa-se no castelo de Paderne, classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1971.

Localiza-se na margem esquerda de Ribeira de Quarteira, sendo rodeado pela mesma. Constitui um importante exemplar da arquitectura militar em taipa, da época Almóada, fase em que se adoptaram novos mecanismos de defesa devido ao avanço da Reconquista.

O recinto fortificado apresenta uma superfície trapezoidal quase quadrangular, e ocupa uma área de 1000 m² aproximadamente, sendo ainda visível o traçado da muralha.

A 2,20 m da fase externa da muralha oriental, ergue-se a torre albarrã com 10 m de altura e formato quadrado. Trata-se de um novo mecanismo de defesa utilizado nas construções militares do período almóada. Associada a esta torre estava uma barbacã, antemuro que servia de defesa a uma porta em cotovelo, posicionada no ângulo oposto à torre albarrã.

Este dispositivo defensivo controlava a importante passagem viária entre Silves e Loulé. O recinto fortificado de planta sub-rectangular, apresenta entrada em cotovelo – barbacã – e torre albarrã com ligação à muralha através de um passadiço.



Propostas /sugestões de trabalho com os alunos

- Visitar o castelo de Paderne (abertura do Castelo ao público Novembro de 2007);
- Elaborar uma cronologia com os diferentes momentos da ocupação islâmica em território nacional;
- Dramatização da lenda da moura de Albufeira (poderá envolver outras disciplinas);
- Recolha de lendas sobre a ocupação islâmica no Algarve (tradição oral);
- Em conjunto com a disciplina de Português elaborar uma listagem de vocábulos de origem árabe existentes na língua portuguesa;
- Fazer o levantamento de topónimos de origem árabe, no Algarve e assinala-los num mapa da região;
- Explicar o conceito de “Guerra Santa” na época da expansão árabe, no contexto da reconquista e na actualidade;
- Pesquisar sobre comunidades islâmicas residentes no nosso país, procurando saber como são as suas práticas religiosas;

- Património Religioso

Capela da Misericórdia

Na parte mais elevada da cidade, no interior do antigo recinto amuralhado, encontra-se a Capela da Misericórdia, cuja fundação remonta, provavelmente a 1499. Diz-nos a tradição que terá sido fundada ainda em vida da rainha D. Leonor, que nas suas deslocações a Alvor, viria em peregrinação à Ermida de N.ª Sr.ª da Orada e assim teria tomado contacto com as necessidades da população da vila e seu termo, bem como as dos que põe cá passavam.

Em 1879, a Junta Geral de Faro determinou a reabertura de um hospício destinado a receber crianças abandonadas em Albufeira, organismo esse dependente da Misericórdia, que assim assegurava a continuidade da política assistencial iniciada por D. Leonor.

A Capela da Misericórdia apresenta uma fachada branca de gosto clássico, rematada por um frontão triangular e um portal de rocha calcária que constitui o único testemunho do estilo gótico, no concelho. Sofreu múltiplas campanhas de obras ao longo de vários séculos da sua existência.

No interior, merece referência, para além do retábulo em talha, uma escultura em madeira de N.ª Sr.ª da Visitação. Trata-se de uma imagem setecentista com cerca de 0.60m x 0.42 m. De salientar, igualmente, uma escultura representando o Senhor Morto, que data do período seiscentista, em madeira e com cerca de 1.46m x 0.52m.

O reconhecimento oficial da importância do edifício da Misericórdia, incluindo hospital, capela e antiga hospedaria, originou a sua classificação como imóvel de valor concelhio a 30.11.1993.

A Capela da Misericórdia apresenta um belo retábulo em madeira de 4.7m x 3.5m, de princípios do século XVIII, com algumas alterações oitocentistas. Trata-se de um exemplar que se adapta perfeitamente ao formulário de retábulos da «fase nacional» do barroco minuciosamente concebido e executado.

Ermida de S. Sebastião

Situada na Praça Miguel Bombarda, edifício de origem quinhentista, mas muito alterado. Destaca-se pelo contraste entre o portal da fachada principal em estilo barroco e o lateral de decoração manuelina. Este templo tem como orágo S. Sebastião, santo milagreiro que, segundo a tradição, terá posto termo a uma epidemia muito frequente no passado – a peste negra.

A 21 de Fevereiro de 1608, a chancelaria da Ordem de Avis concede provisão de confirmação à confraria de S. Sebastião, sita na referida Ermida. Nas imediações, realiza-se uma feira anual a 4 de Fevereiro.

Num alvará de 15 de Janeiro de 1682, a dado passo pode ler-se o seguinte: « (...) na dita villa he costume fazermos em quatro de febreiro feira franca há muitos annos a respeito do privilegio (sic) milagro (sic) que naquelle dia fés o invicto Mártir São Sebastião, estando a villa empedida de contagiosos malles de que já

tiverão a dita feira franca por espaços de annos detrimnados que já findos há trez a qual se continua com sojeição capitulava (...)».

Igreja Matriz

Edificada na Rua da Igreja Nova, em finais do século XVIII, veio substituir a antiga Matriz, que ficou completamente destruída com o terramoto de 01 de Novembro de 1755. A Igreja Matriz constitui um bom exemplo do estilo neoclássico. A sua frontaria revela simplicidade, uma certa elegância e um traço equilibrado. A coroar a fachada principal apresenta um frontão triangular, ornado com dois pináculos, sobranceiros a três janelões que oferecem grande luminosidade ao templo. Dois contrafortes dão maior solidez às paredes laterais.

No interior, apresenta uma nave com quatro capelas laterais.

O retábulo é ornamentado de acordo com o estilo estático em vigor na época. Actualmente, integra uma grande imagem de N.ª Sr.ª da Conceição, padroeira de Albufeira e uma pintura de Samora Barros que, para além do seu valor artístico, serve de apoio à doutrinação dos fiéis.

Ermida de Santana

Localiza-se no Largo Jacinto d’Ayet, é uma construção do século XVIII e apresenta um atraca barroca reassimilada pelas normas das edificações tradicionais.

Do conjunto arquitectónico, destaca-se a cúpula, envolvida por quatro pináculos e um óculo aberto na empena.

A fachada é encimada por um frontão recortado e ornado com volutas, apoiada por dois pequenos contrafortes. Sobre esta intenção barroca permanece uma estética que revela grande simplicidade.

O espaço interior apresenta uma única nave, residindo o seu maior valor no retábulo da capela-mor. A avaliar pela sua estrutura e decoração deve ter sido construído em meados da época setecentista, na fase de transição para o “rocaille”. Cada pormenor foi trabalhado e desenhado com refinamento, graciosidade e indiscutível valor artístico. Denota, de facto, grandes afinidades com algumas das obras dos mestres Tomé da Costa, Francisco Xavier Guedelha e João Baptista.

Ermida da N.ª Sr.ª da Orada

Situada num local ermo e deserto, em frente da Torre de Vigia da Baleeira, num vale cercado a Oeste, Este e Norte por montes relativamente elevados a Sul, pela rocha da ponta da Baleeira, foi ergida a Ermida de N.ª Sr.ª da Orada, edifício do qual se desconhecesse a data de construção (século XV?), sofreu sucessivas alterações, adquirindo a traça actual no século XVIII.

No interior, destaca-se o retábulo da capela-mor, interesse manifestação da segunda metade do século XVIII.

A devoção dos pescadores pela N.ª Sr.ª da Orada está intimamente relacionada aos ex-votos existentes naquele espaço.



- A Lenda da Moura de Albufeira

«A sala parecia curta à impaciência de D. João. Mão direita na cruz da espada, cabeça curvada num ar de reflexão, deslocando os passos para cá e para lá, o fidalgo português dir-se-ia nem dar pelo calor asfixiante que fazia lá fora.

As figueiras rasteirinhas eram uma oferta constante ao viandante por terras do Algarve. Mas D. João não pensava em figos, nem no calor, nem tão pouco na paisagem maravilhosa que se avistava do castelo de Albufeira.

De súbito sentiu passos no lagedo. Um grupo de cavaleiros aproximava-se. D. João correu o largo e pesado reposteiro. E D. Martim Fernandes entrou acompanhado de três dos seus homens de confiança. Perguntou logo a D. João:

- Conservais os prisioneiros?

D. João respondeu sereno, como se a impaciência anterior jamais tivesse existido:

- Tenho os principais aqui mesmo no castelo. Os outros estão à parte. Procederemos com eles tal como fizemos em Faro?

D. Martim Fernandes fez um sinal afirmativo com a cabeça, antes de responder:

- Faremos o mesmo. Tal foi o combinado. Os que quiserem ficar serão afastados um pouco e pagarão os mesmos tributos que pagavam ao emir.

- E o ex-alcaide?

- Sua Alteza o rei D. Afonso decidirá.

Suspirou fundo D. Martim.

- Bem... A moura, essa conservei-a separada bem vigiada. D. Afonso não tardará em chegar.

- Disseste-lhe quão difícil foi a tomada deste castelo?

- Não. Para as hostes de D. Afonso III não pode haver dificuldades. Mas El-Rei conhece a guerra e compreenderá o esforço dos seus validos e o da minha Ordem. Esperemos portanto El-Rei!

Dourava o sol na areia fina da praia quando uma cavalgada anunciou a chegada de D. Afonso III de Portugal. A poucos metros do castelo, o rei português mandou fazer alto. Os outros cavaleiros pararam as suas montadas. De cabeça erguida D. Afonso contemplava em silêncio esse castelo que fora tão rebelde em entregar-se.

E admirou a sua esplêndida situação como sentinela do mar. Uma alegria intensa apoderou-se pouco a pouco do seu íntimo. Agora só lhe restava Loulé para ver realizado o sonho do seu pai: a conquista do Algarve aos Mouros.

Num impulso de entusiasmo o rei gritou:



- Avante, senhores cavaleiros! Tomemos conta de mais uma praça arrancada aos infiéis!

E num tropel alegre e vistoso em breve chegaram às muralhas de Albufeira. Perfilados, o mestre da Ordem de Avis, a quem cabia a maior honra da conquista de Albufeira, e os dois validos do rei esperavam-no. O mestre adiantou-se a receber D. Afonso.

- Senhor! Tomai conta de mais este castelo que ora pertence a Portugal.

D. Afonso desmontou e sorriu a D. Martim Fernandes.

- Para Portugal será, mas entregue à Ordem Militar de Avis, que tão bem se houve nesta empresa. Quanto a vós, D. João, reservo-vos uma surpresa.

Inclinou-se D. João.

- Senhor! Se não me achardes ousado, dir-vos-ei que também tenho uma surpresa para Vossa Mercê.

- Para mim? Pois deixai-vos de mistérios, que tenho pouco ânimo para longas esperas.

- Também era com impaciência que vos esperava.

- De que se trata? Encontraste algum tesouro?

- Talvez, senhor. Um tesouro humano!

- Que dizeis, D. João? Esclarecei-me, e já!

- Senhor! Os agarenos tentaram fugir depois da capitulação. Mas conservamos os principais prisioneiros. Entre eles... a filha do alcaide, por quem mouros e cristãos estão rendidos.

Riu D. Afonso.

- Cuidado, D. João! Se exagerais, roubar-me-eis a alegria de acreditar em vós!

-Juro-vos que é linda!

- Mais do que a moura de Salir?

- Vossa alteza o dirá, pois eu mesmo a irei buscar para a trazer à vossa presença.

Riu, de novo, o rei.

- Aceito! Mas antes deixai-me entrar no salão nobre. Lá a levareis para que a veja. E não tardareis, meu leal servidor! Bem sabeis a quantas coisas um rei tem de atender, num tão belo dia como é sempre o da vitória.

O luxo do salão nobre deixou surpreendido a el-rei. Estava intacto ainda. Ninguém lhe havia tocado. Dir-se-ia esperar a chegada de D. Afonso III.

Assim meditando, o rei não ouviu as esporas do cavaleiro batendo no lagedo.

- Senhor aqui a tendes!



D. Afonso voltou-se. A sua admiração foi tão grande que não conseguiu reprimi-la. E exclamou:

- A minha expectativa foi ultrapassada, D. João! Ide e deixai-me só com tão precioso tesouro.

A moura parecia assustada. D. João inclinou-se e saiu. Ficaram soando os passos do cavaleiro. Depois reinou um curto silêncio. A voz do rei ouviu-se por fim:

- Aproximai-vos. Que temeis?

A moura aproximou-se, mas não respondeu.

Este descobriu-lhe mais o rosto e a sua voz tomou uma entoação mais doce.

- Como vos chamais?

Num sopro quase, ela murmurou:

- Alina.

O rei sorriu-lhe.

- Sois a filha do ex-alcaide?

- Tal como pensais. E vós, senhor sois o rei de Portugal, D. Afonso III, que tanto mal tendes causado à nossa gente.

- A vós nada de mau acontecerá!

- E aos meus?

D. Afonso hesitou um instante. A jovem começara a perder a timidez e tornava-se ousada.

Respondeu-lhe sereno:

- Sabeis decerto o que são as leis da guerra. Os vencidos não podem ter sorte igual à dos vencedores.

A moura olhou o rei bem de frente.

- Se assim é, senhor, deixai-me ter a sorte do meu povo.

D. Afonso meneou a cabeça sorrindo:

- Não, Alina, vós pertenceis-me!

- Pertenço-vos?

- Sim! Mas não como despojo de guerra...

- Então se me tomais como prisioneira, deixai-me partir!



- Não partireis. Estais ligada desde este momento, ao coração do rei de Portugal! Ficareis junto a mim. Vivereis a minha presença, mesmo quando ausente. A minha presença e o meu afecto (...).

Dois anos se passaram. El-rei D. Afonso III continuou, pelejando contra os Mouros e até contra Castela. Mas o seu coração ardia de amor pela formosíssima moura de Albufeira, a qual lhe havia dado um filho. Sempre que podia fugia para os braços de Alina. E foi numa dessas fugas que D. Afonso III foi encontrar pálida e triste a bem amada do seu coração. Fitando a sombra negra dos seus olhos ele interrogou-a, mal a viu:

- Que me escondeis, Alina?

Ela tentou disfarçar. Pensou o rei que seria por estar presente D. João. Ia pedir-lhe que se retirasse, quando a jovem impediu essa ordem com um gesto da sua pequenina mão.

- Deixai ficar D. João, cuja companhia tanto vos agrada. Nada de especial tenho a comunicar-vos, Senhor...

O rei meneou a cabeça, pensativo.

- Escondeis-me a verdade, Alina. Estou habituado a ler o vosso olhar. E ele hoje está inquieto. Que me escondeis?... O nosso filho?

- Continua bem meu senhor.

- E o vosso coração?

- Cada vez mais vosso, senhor! Sois o meu bem-amado, que tudo faz para que eu esqueça o que fui.

- Então... por que temeis?

- Sim... talvez seja medo... um medo estranho de que aconteça algo de mau a vós e ao nosso filho.

D. Afonso tomou-lhe as mãos.

Estavam frias e húmidas.

- Estais na verdade receosa. Que se passa? Falai!...

Ela desviou os olhos sem dizer palavra. D. Afonso insistiu:

- Por que escondeis de mim vossos olhos tão belos?

E voltando-se para D. João:

- Talvez vós possais explicar-me.

D. João mostrou-se confuso.

- Senhor, na verdade existe algo que nos preocupa. Um dos vossos homens já por várias vezes, à meia-noite, e estando na chefia da guarda do castelo, avista um animal estranho rondando a porta que dá acesso aos aposentos particulares de Vossa Alteza.

D. Afonso olhou o valido com espanto.

- Um animal estranho? Que espécie de animal?

- Senhor... Não é carneiro, nem cão, mas um misto destes dois...

Aumentou o espanto do rei português. Nos seus olhos despontou um clarão irónico. Mas D. João parecia seguro do que dizia. Continuou:

- Pois esse estranho animal quando perseguido, foge sem deixar rasto.

Vendo o rosto de Alina cobrir-se de pavor, o rei tentou sorrir.

-Vamos, estais de certo a exagerar. Um simples animal que foge quando perseguido não pode ser a causa do pavor que leio nos olhos da minha Alina!

Ela concordou aflita:

- Sim meu senhor! Nunca mais tive sossego.

- E porquê, meu bem?

- Porque receio por vós... E pelo nosso filho Martim Afonso!

O rei começou a impacientar-se.

- D. João! Vós, que sois um brioso cavaleiro, também receais um pequeno animal fugitivo? Pois bem! Matai-o, já que ele tanto perturba o sossego da minha bem amada!

E sorrindo ironicamente:

- Talvez eu o encontre esta noite...

Alina gritou quase:

- Não, meu senhor!

Franziu o rei a sua testa alta.

- Alina, porque vos afligis assim?

D. João achou que era o momento de intervir.

- Senhor! Diz-se por aí que esse animal estranho é o mouro Aben-Farah que visita o castelo sob esse encantamento, no propósito de se vingar de vós e levar consigo o pequeno Martim Afonso...

O rei franziu mais a testa numa ruga profunda. Silenciou por instantes. Depois olhou com mais ternura a jovem moura.

- Minha pobre Alina! Compreendo a vossa ansiedade. Mas descansai. Enquanto aqui estiver reforçarei a guarda do castelo. E quando partir ireis comigo.

E os olhos de Alina encheram-se de lágrimas. Tomou as mãos do seu senhor e beijando-as exclamando:



- Como vou ser feliz! O meu coração pertence-vos! Por vós atraíçoei as minhas juras... Por isso Aben-Farah tenta vingar-se. Não é por mim que receio, pois morreria feliz pelo vosso amor. Mas temo por vós e por ele, o filho das minhas entranhas e do rei de Portugal!

D. Afonso III acariciou o rosto da jovem Alina. Murmurou-lhe:

- Ireis comigo, quando eu partir, e connosco irá também o nosso filho. Quanto a Aben-Farah, nada deveis recear.

E olhando intencionalmente o valido, que já havia cumulado de bens:

- D. João! À vossa guarda e cuidado confio o meu filho. Um filho que desejo crescer forte como o pai e belo como a mãe, a linda moura que encontrei um dia no castelo de Albufeira!

D. João perfilou-se numa jura muda.

Compreendera a responsabilidade que lhe cabia e tudo quanto teria de fazer para que cumprisse a vontade do seu rei.

Enlaçando a bem-amada, D. Afonso seguiu pela alameda. E D. João, um pouco pensativo ficou a olhar o casario que se avistava, as árvores que pendiam para a terra, a areia dourada coberta de sol, o mar azul, tão cheio de belezas e mistérios. Sim, ele sabia o que teria de fazer para ser fiel à promessa feita ao seu rei. E não hesitaria!

No ar passou voando uma andorinha. No mar uma onda desfez-se em espuma de encontro a um rochedo. Era a vida! A vida que continuava para além do próprio encantamento.»





Samora Barros

José Ricardo Júdice Samora Barros nasceu em Albufeira a 3 de Abril de 1887.

Frequentou o Liceu Nacional de Faro. Após ter completado os seus estudos no liceu ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Não chega a concluir o curso de Direito, por não sentir vocação. Parte para Lisboa onde frequenta a Escola de Belas Artes no curso de Pintura. É um aluno brilhante, sendo distinguido com vários prémios nas Belas-Artes.

Regressa ao Algarve.

Por volta de 1914-1915 Samora Barros é já pintor, casado com Maria Otília Cravo Barros. Habita então a sua casa de família, moradia ampla, sita na Rua 5 de Outubro, na parte baixa da cidade. Enviuvando cedo, volta a casar, em 1935, com Alzira Araújo, que lhe vais sobreviver.

Nomeado professor de Desenho na Escola Comercial e Industrial de Silves, irá dedicar-se durante cerca de trinta e seis anos ao ensino, actividade que é conciliada com a produção artística.

Pinta o mar do Algarve, desde o promontório de Sagres a Albufeira, naturezas mortas, retratos e cenas de carácter histórico que se materializam na tomada do Algarve, aos árabes.

A sua produção artística não é numerosa. Produz sobretudo para si, as suas telas ou ficam na sua residência ou oferece-as.

Podem encontrar-se algumas das suas obras no Museu Marítimo de Faro, no Museu da Figueira da Foz, no Montepio Geral de Lisboa e no Grémio da Panificação de Faro.

Da sua autoria é igualmente uma belíssima pintura localizada no Retábulo do Altar-Mor da Igreja Matriz de Albufeira.

Samora é bem um homem do seu tempo, um tempo de transição entre a Monarquia e a implantação da I República.

Adepto dos ideais liberais, não fica só ligado à história de Albufeira pela vertente artística, mas também por se ter dedicado de alma e coração à valorização de defesa da sua terra natal.

João Barreto Bailote

Nasceu em Albufeira, a 10 de Julho de 1913, onde viria a falecer a 25 de Outubro de 1986.

Autodidacta por vocação, foi um dos nomes mais expressivos ao nível da pintura algarvia do século XX.

Em finais da década de 40 conheceu o famoso artista sueco Gullander, de quem se tornou grande amigo.

Na Suécia aprendeu algumas técnicas de pintura que viriam a marcar profundamente toda a sua obra.

Durante muitos anos Bailote expões nas paredes do seu café os quadros que produzia, fazendo daquele espaço a primeira galeria de arte do Algarve.

Entre outras, esteve presente nas seguintes exposições: Estocolmo (1952), onde expôs individualmente; Londres (1962); Portugal, onde participou em exposições na Sociedade Nacional de Arte Moderna e noutros salões.

Em 1997, a Câmara Municipal de Albufeira distinguiu-o, a título póstumo, com a Medalha de Mérito, grau ouro.



“ALBUFEIRA – PERCURSOS DE UMA HISTÓRIA SECULAR”

Autoria: Idalina Nunes Nobre

Fotografia: Virgílio Rodrigues

Prefácio: Prof. Doutor José d’Encarnação

Edição: Junta de Freguesia de Albufeira

Ano de edição: 1995

Tiragem: 1 000 exemplares

Estudo histórico sobre a evolução da freguesia de Albufeira, desde a Pré-História até à actualidade.

“ALBUFEIRA – IMAGENS DO PASSADO”

Autoria: Adelaide Amado e Idalina Nunes Nobre

Edição: Câmara Municipal de Albufeira

Ano de edição: 1997

Tiragem: 3 000 exemplares

Apresentação de Albufeira, feita a partir de uma recolha de fotografias representativas da evolução da então vila. As temáticas apresentadas são gerais e apresentam áreas variadíssimas. Predominam as panorâmicas gerais, aspectos arquitectónicos e urbanísticos, mas também as festividades civis e religiosas, e registam-se ainda, visitas de personalidades de destaque, no âmbito nacional e internacional.

“FERREIRAS – ESTUDO HISTÓRICO”

Autoria: Idalina Nunes Nobre

Edição: Junta de Freguesia de Ferreiras

Ano de edição: 2001

Tiragem: 1 000 exemplares

Caracterização histórica da freguesia de Ferreiras, tendo em consideração que se trata de uma freguesia relativamente recente, cuja presença humana remonta à Pré-História. São abordados vários temas que se prendem com as constantes do seu desenvolvimento, desde o caminho-de-ferro à construção da sua igreja paroquial.

“PADERNE – PATRIMÓNIO HISTÓRICO MONUMENTAL”

Autoria: Idalina Nunes Nobre

Edição Câmara Municipal de Albufeira

Ano de edição: 1997

Apresentação dos principais elementos patrimoniais que caracterizam a freguesia de Paderne, sendo o grande destaque o castelo de Paderne, construído no séc. XII, durante a última fase de ocupação árabe.

“PATRIMÓNIO, CULTURA E GENTES DE ALBUFEIRA”

Fotografias: Filipe Palma e Arquivo da CMA

Textos: Idalina Nobre, Luís Campos Paulo e Patrícia Batista

Edição Câmara Municipal de Albufeira

Ano de Edição: 2006

Apresentação do património do Concelho de Albufeira: Património Cultural, Património Natural e Património Imaterial, através de sugestivas fotografias.

- Referências Bibliográficas

- Gomes, Mário Varela, Paulo, Luís Campos e Ferreira, Sónia Duarte – *Levantamento Arqueológico do Algarve Concelho de Albufeira*, Câmara Municipal de Albufeira, 2003.
- Marques, Maria da Graça Maia (Coord.) – *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Edições Colibri, Lisboa, 1999.
- Nobre, Idalina Nunes – *Breve História de Albufeira*, 3.ª ed., Câmara Municipal de Albufeira, 2004.



FICHA TIPO PARA PLANIFICAÇÃO DA VISITA

DADOS GERAIS:

Dia da visita: _____

Duração: _____

Hora de Saída: _____ Hora de Chegada: _____

Professor Responsável: _____

Acompanhantes: _____

Turmas: _____

N.º de Alunos: _____

PLANIFICAÇÃO DA VISTA:

Tema: _____

Objectivos: _____

METODOLOGIA:

Actividades a Realizar:

- Antes: _____
- Durante: _____
- Após: _____

RECURSOS:

Guia: Sim Não

Fichas de observação: _____

Audiovisuais: _____

Outros: _____

OBSERVAÇÕES: _____

